



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

9

EDITAL N.º 92 /2016

HASTA PÚBLICA, PARA ATRIBUIÇÃO DOS LOCAIS FIXOS DE VENDA AMBULANTE, NA PRAIA DE MIRA – PASSAGEM DE ANO DE 2016/2017

**----- RAUL JOSÉ REI SAORES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MIRA:-----**

----- Faz público, em cumprimento de deliberação da Câmara Municipal de 24 de Novembro de 2016, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Anexo da Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro na atual redação, que se irá proceder à licitação e arrematação em **hasta pública**, dos locais fixos, para venda ambulante, abaixo designados, na Praia de Mira, no **dia 13 de Dezembro de 2016**, pelas **10 horas**, tendo lugar no Salão Nobre do Município, mediante as seguintes condições:-----

**PARA VENDA DE HAMBURGUERES, BIFANAS, KEBAB, SANDES E AFINS,
PIPOCAS E ALGODÃO DOCE:-----**

----- a) Ponto 1 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 350,00€**.-----

----- b) Ponto 2 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 350,00€**.-----

----- c) Ponto 3 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 350,00€**.-----

----- d) Ponto 4 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 250,00€**.-----

----- e) Ponto 5 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 250,00€**.-----

----- f) Ponto 6 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 250,00€**.-----

----- g) Ponto 7 do mapa anexo, área a ocupar até 20.00 m² e **base de licitação de 250,00€.** -----

PARA VENDA DE PIPOCAS E ALGODÃO DOCE: -----

----- I) Ponto 10 do mapa anexo, área a ocupar até 9 m² e **base de licitação de 150,00€.** -----

----- J) Ponto 11 do mapa anexo, área a ocupar até 9 m² e **base de licitação de 150,00€.** -----

----- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ARREMATAÇÃO NA HASTA PÚBLICA.--

----- 1 - O pagamento do preço no ato de arrematação, acrescido do valor de IVA à taxa legal em vigor, sob pena da atribuição do local ficar sem efeito.-----

----- 2 - Podem concorrer e licitar todas as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiros cuja situação esteja regularizada **e que sejam possuidores de título para exercício de atividade, ao abrigo do disposto no artigo 7.º apresentada no Balcão do Empreendedor (mera comunicação prévia) do Anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de Janeiro;**-----

----- 3 - Poderão participar no ato público da arrematação, os interessados que:-----

-----a) Façam a sua inscrição prévia para o ato público até ao dia 12 de Dezembro; ---

-----b) Apresentem cópia do Cartão do Cidadão/ Bilhete de Identidade e Cartão de Identificação Fiscal e o código da certidão de Registo Comercial, tratando-se de pessoas coletivas;-----

----- c) Apresentem comprovativo eletrónico de entrega no balcão do empreendedor da mera comunicação prévia;-----

----- d) Provem, não ter dívidas para a Segurança Social e às Finanças, bem como, para com esta Câmara Municipal; -----

----- e) Apresentar atestado médico, para o efeito, devendo munir-se das respetivas declarações, comprovativas dos factos.-----

----- 4 - Os respetivos lances não poderão ser inferiores a 20.00 €;-----

----- 5 - O direito à ocupação pode ser exercido das 9.00h do dia 31 de dezembro de 2016, às 24.00h do dia 1 de janeiro de 2017, caducando nesta data. -----

----- 6 - O ato público é presidido pelo Presidente da Comissão, que mandará, logo que os interessados estejam inscritos, anunciar a abertura da praça.-----

-----7 - A licitação só se considerará finda, quando o presidente da Comissão tiver anunciado, por três vezes, o lance mais elevado e este não for coberto por lance superior.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

- 8 - Terminada a licitação é lavrado um auto de arrematação.-----
- 9 - A licitação pode ser suspensa ou anulada, caso se verifique alguma irregularidade que afete a legalidade do ato, ou se constate existir conluio entre os concorrentes.-----
- 10 - O relatório do ato público será, posteriormente, submetido pelo Presidente da Câmara à Câmara Municipal.-----
- 11 - Caso se verifique a desistência de algum dos arrematantes, por factos a si imputáveis ou sem motivo justificável, ficarão os arrematantes impedidos de concorrer a novos procedimentos de concurso, nos dois anos seguintes a este ato público. -----
- 12 - Os motivos da desistência serão aferidos e apreciados pelo Sr. Presidente da Câmara.-----
- 13 - Caso os lugares fiquem desertos, podem ser concedidos por despacho do Sr. Presidente, a pedido de requerente que reúna todos os requisitos supra exigidos, pelo valor base de arrematação, acrescido do valor de um lanço.-----
- 14 - As dúvidas e omissões serão, decididas pela Comissão, reunida em privado, e notificadas aos interessados, no próprio ato, não havendo lugar a qualquer outra forma de notificação.-----
- **CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.**-----
- 15 - A ocupação da via ou passeio público é circunscrita exclusivamente ao espaço objeto do título, não sendo permitido colocar qualquer objetos fora desse espaço;-----
- 16 - Todo o equipamento a utilizar tem de ser autoportante, não recorrendo a fixações ou perfurações no pavimento, no mobiliário urbano, no arvoredos nem em qualquer elemento pré-existente;-----
- 17 - O equipamento utilizado no exercício da atividade deverá ser mantido em bom estado;-----
- 18 - Os limites máximos de ocupação são os constantes do presente edital, não havendo lugar à colocação de cadeiras e mesas;-----

----- 20 - Deverão ser utilizados geradores insonorizados que cumpram as normas legais em vigor e não causem quaisquer danos ou incómodos a clientes ou a vizinhos;-

----- 21 - Nos termos do artigo 75.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de Janeiro;-----

1 — É proibido aos vendedores ambulantes;-----

a) Impedir ou dificultar o trânsito nos locais destinados à circulação de peões ou de veículos;-----

b) Impedir ou dificultar o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos;-----

c) Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso ou a exposição dos estabelecimentos comerciais.---

2 - É proibido o comércio a retalho não sedentário dos seguintes produtos:-----

a) Produtos fitofarmacêuticos abrangidos pela Lei n.º 26/2013, de 11 de abril;-----

b) Medicamentos e especialidades farmacêuticas;-----

c) Aditivos para alimentos para animais, pré -misturas preparadas com aditivos para alimentos para animais e alimentos compostos para animais que contenham aditivos a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro;-----

d) Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes;---

c) Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, com exceção do álcool desnaturado;---

d) Moedas e notas de banco, exceto quando o ramo de atividade do espaço de venda corresponda à venda desse produto estritamente direcionado ao colecionismo;-----

e) Veículos automóveis e motociclos, em modo ambulante.-----

3 - É proibida a venda de bebidas alcoólicas junto de estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário, num raio de 50 metros em relação ao perímetro exterior de cada estabelecimento.-----

4 — É proibida a venda de bebidas alcoólicas junto de estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário, sendo as áreas relativas à proibição delimitadas por cada município.-----

5 — Os municípios podem proibir, nos seus regulamentos, o comércio não sedentário de outros produtos além dos referidos no n.º 2, sempre que devidamente fundamentado por razões de interesse público.-----

6 — A violação do disposto no n.º 1 constitui contraordenação leve.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

7 — A violação do disposto nos números 2 e 3 constitui contraordenação grave, sem prejuízo de outros tipos de responsabilidade, nos termos da legislação especial aplicável.-----

----- **22** - Além dos produtos referidos no número anterior, caso seja de interesse público, poderá ser proibido pelo Município a venda de outros produtos, a anunciar em edital e no seu sítio na Internet.-----


----- **23** - O presente procedimento não prejudica os direitos de concessão atribuídos pelos Município anteriormente, nomeadamente, para venda de farturas, tripas e frutos secos, ginja e bola de Berlim. -----

----- **24** - Todas as demais regras são as constantes da legislação em vigor designadamente as previstas no Regulamento do Comércio não sedentário do Municípios de Mira, bem como, no Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de Janeiro e do presente Edital da Hasta Pública, podendo o mesmo ser consultado, para tal, no Serviço de Atendimento ao Município, desde a data da publicitação, durante o horário das 9.00h às 13.00h e das 14.00h às 17.00h até ao dia e hora de realização da hasta pública.-----

----- Para constar e devidos efeitos, se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo e publicitados nos jornais locais e na Praia de Mira.-----

Paços do Concelho de Mira, 21 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal



(Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)

